

Na luta da **PT** Constituinte

Orgão Informativo da Bancada do Partido dos Trabalhadores

Brasília, 10 de outubro de 1987 — N- 4

A CONSTITUINTE ENTRA NA FASE DECISIVA E COLOCA PARA O MOVIMENTO POPULAR A TAREFA CENTRAL

A questão social em jogo

André Dusek/Agil



André Dusek/Agil



A cima, famílias acampadas sob a rampa do Congresso, reflexo de uma crise cuja solução depende da ação organizada do movimento sindical e popular. Abaixo, manifestação de professores tentando sensibilizar os constituintes para o drama da educação

Começaram as votações na Comissão de Sistematização, envolvendo questões da maior importância para a classe trabalhadora e para o conjunto da sociedade brasileira. Entre elas, as questões relativas aos direitos sociais, como a estabilidade no emprego, a jornada de trabalho e outras. É na questão social onde os eventuais avanços terão maior impacto no dia a dia dos trabalhadores, e também onde concentram-se as maiores pressões dos grupos empresariais.

O projeto em votação, o segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), elaborado por grupos de parlamentares do PMDB, PFL, PDS, PL e PTB, ficou distante das reivindicações populares. Sem unidade, contraditório e omissivo em temas fundamentais, o substitutivo suprimiu várias conquistas sociais aprovadas durante as primeiras fases da Constituinte.

A estabilidade no emprego acabou ficando como propunha o substitutivo 2. Está longe de ser o ideal, mas esse resultado representou uma significativa vitória para as forças progressistas, já que o princípio da estabilidade está a caminho de ser consagrado na nova Constituição. As piores propostas, inclusive a que substituiu a estabilidade pelo pagamento de indenizações — como se essas pudessem compensar a negação do direito ao trabalho —, foram derrotadas. Pelo texto aprovado, a estabilidade é assegurada, exceto em três hipóteses: quando houver falta grave do empregado, nos contratos a termo, e nos casos de graves dificuldades econômicas da empresa, comprovadas judicialmente.

Um golpe contra os trabalhadores foi a eliminação da jornada semanal de 40 horas. O substitutivo não define a jornada semanal. Só diz que não pode ser superior a oito horas diárias. Já o direito de greve é

garantido mas com uma perigosa ressalva: “os abusos cometidos sujeitam seus responsáveis às penas da lei” (?).

Na questão agrária, o substitutivo não limita o tamanho das propriedades rurais. A imissão de posse, com prazo de 90 dias, fica sujeita a indenização em dinheiro, se a Justiça entender que a propriedade cumpria “função social”. Aí está o caminho para inviabilizar a reforma agrária, já que tradicionalmente a Justiça se coloca do lado dos interesses do latifúndio.

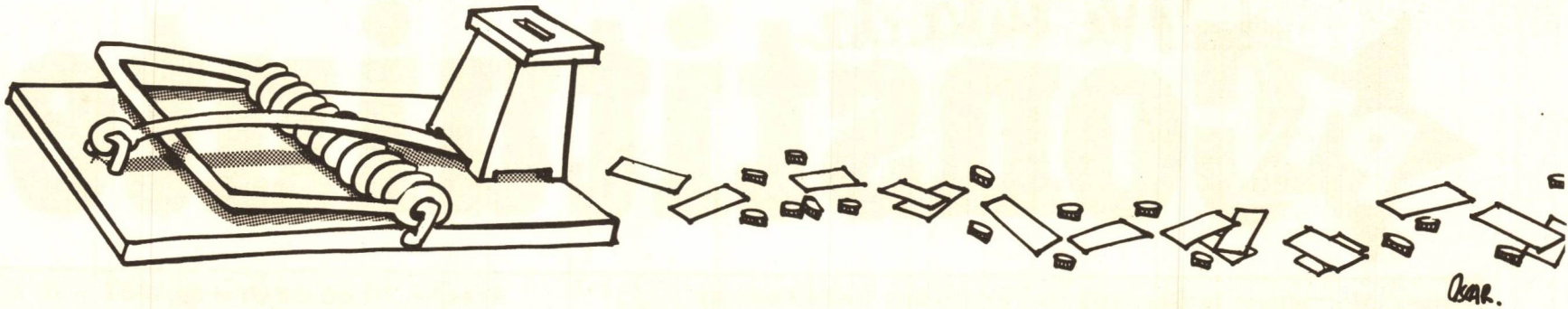
Em relação à aposentadoria, conseguimos com muita pressão retirar a exigência de idade mínima de 53 e 48 anos, respectivamente, para o homem e a mulher. Entretanto, falta assegurar aos aposentados, inativos e pensionistas os mesmos direitos dos ativos. Também precisamos garantir as aposentadorias especiais já obtidas, além de eliminar a disposição segundo a qual os benefícios e melhorias são implantados somente após cinco anos.

Além dos exemplos citados, há no projeto várias propostas que negam direitos sociais básicos. O instrumento para modificar qualquer ponto do projeto na Comissão de Sistematização é o destaque. Dos 8.379 destaques apresentados pelos 559 constituintes, cerca de mil são da bancada do PT.

Propostas identificadas com as lutas dos trabalhadores não faltam. Um número considerável de constituintes poderá votar nessas propostas se for sensibilizado por uma forte mobilização de massas. Cabe, portanto, aos partidos comprometidos com a classe trabalhadora, ao movimento sindical e popular, um esforço de mobilização sem precedentes, capaz de influir nos rumos que a Constituinte irá tomar.

IMPRESSO

PORTE PAGO
DR-BSB
ISR-47-331/86



Bancada rejeita o clientelismo

É correto que o dinheiro do povo, recolhido pelo Estado, seja entregue aos parlamentares para que eles o distribuam pessoalmente?

A bancada do PT avaliou que não, e decidiu recusar as verbas de "subvenção social" (um milhão de cruzados para cada deputado), destinadas à assistência social e educacional. A decisão fundamentou-se no fato de tais recursos constituírem um mecanismo tradicional de "cooptação política, voltado para o financiamento de um desavergonhado clientelismo paternalista", conforme nota distribuída pela bancada.

Lula comunicou a decisão à Mesa da Constituinte, solicitando que as verbas recusadas pelo PT não sejam transferidas para outros parlamentares. E o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG) encaminhou emenda propondo a extinção das subvenções.

Nossa bancada avaliou que os critérios para a distribuição dos recursos são altamente discutíveis, subordinando-se quase exclusivamente à vontade absoluta dos parlamentares. Essa distribuição, "convivendo, alternando-se e articulando-se com as práticas repressivas, tem sido elemento característico da relação das elites políticas com os movimentos e entidades sociais", diz a nota.

Segue a nota: "o PT almeja o pleno direito do Legislativo definir o destino da totalidade dos recursos públicos, através da iniciativa e deliberação em matéria econômica, financeira e tributária; e tais prerrogativas não se confundem com o privilégio de parlamentares distribuírem recursos de subvenção social. A bancada do PT reivindica o direito de deliberar não em relação a Cz\$ 16 milhões, mas sim em relação a todo o Orçamento da União, para melhorar as condições de vida e trabalho da população".

O PT frente ao Cabral 2

O substitutivo Cabral 2 é ruim sob vários aspectos. Na área política, projeta uma ordem eminentemente conservadora, através de um parlamentarismo híbrido, com eleições presidenciais esvaziadas e mutiladas pelo segundo turno indireto. Na área econômica, visa a manter as desumanas estruturas vigentes, e dá novos passos no sentido da desnacionalização e da subordinação do país ao capitalismo internacional. Na área social, não obstante algumas belas palavras nega direitos básicos da população.

Vamos comparar alguns tópicos do Cabral 2 com as propostas do PT. O Cabral 2 joga a definição do sistema eleitoral para a legislação complementar, inclusive a questão do voto distrital, que assim fica em suspenso. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de 18, e facultativos para os analfabetos e maiores de 70 anos. Já o PT propõe o sistema proporcional para as eleições legislativas — ou seja, é contra o voto distrital —, e o majoritário, em dois turnos diretos, nas eleições para o Poder Executivo. Para o PT, o alistamento eleitoral deve ser obrigatório e o voto facultativo, para

todos os maiores de 16 anos.

O Cabral 2 sujeita os partidos políticos a regras a serem estabelecidas em legislação complementar, respeitados princípios como abrangência nacional e registro condicionado à votação obtida. E dispõe que parlamentares federais, em número não inferior a 30, poderão requerer registro de novo partido. O PT propõe a livre criação de partidos, tendo estes soberania para definir formas de organização e funcionamento, sem interferência de normas legais, havendo necessidade apenas de mero registro junto à Justiça Eleitoral.

No parlamentarismo do Cabral 2, o presidente da República tem 6 anos de mandato e conserva poderes excessivos, como o de vetar projetos de lei. Sendo presidencialista, a proposta do PT dá mais poderes ao Legislativo do que o Cabral 2, inclusive extinguindo o direito de veto do presidente. O PT defende o mandato de 4 anos e diretas para presidente até 180 dias após a promulgação da nova Constituição.

Pelo Cabral 2, o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, composto da Câmara Federal e do Senado. O número de deputados fica a

critério da Justiça Eleitoral, não podendo um estado ter menos de 8 ou mais de 80. Para o PT, o Poder Legislativo deve ser exercido por um Congresso unicameral, composto por 500 deputados, eleitos para mandatos de 4 anos, sendo que a representação de cada unidade da Federação deve ser diretamente proporcional ao seu eleitorado, com os ajustes necessários para que nenhuma delas fique excluída.

O Cabral 2 define empresa nacional como a "pessoa jurídica constituída e com sede no país, cujo controle decisório e de capital votante esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no país, ou por entidades de direito público interno". Isso significa que qualquer estrangeiro, desde que arranje um endereço no Brasil, poderá ser dono de uma "empresa nacional", e fazer jus a incentivos fiscais, financiamentos favorecidos e outras vantagens. Para o PT, empresa nacional "é aquela cujo controle de capital esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade de brasileiros".

Órgão Informativo da Bancada do Partido dos Trabalhadores no Congresso Constituinte.

Tiragem: 20.000 exemplares. Elaborado pela Assessoria de Comunicação da Liderança do PT.

Texto e edição: Márcio Araújo e Luiz Cláudio Pinheiro.

Diagramação: Licurgo Botelho

Ilustração: Oscar

Distribuição: Secretaria Nacional de Organização — PT.

Impressão: CEGRAF

Endereço: Liderança do PT, Câmara dos Deputados, Pç. dos Três Poderes CEP 70.160 — Brasília-DF

BANCADA DO PT NA CONSTITUINTE

LIDERANÇA DO PT

TEL.: (061) 213-5172 - (061) 213-5173 - (061) 224-1669

DEPUTADOS	GABINETE	TELEFONE	DEPUTADOS	GABINETE	TELEFONE
Benedita da Silva/RJ	360	(061) 213-5360	Luis Inácio Lula da Silva/SP	825	(061) 213-5825
Eduardo Jorge/SP	382	(061) 213-5382	Olívio Dutra/RS	372	(061) 213-5372
Florestan Fernandes	585	(061) 213-5585	Paulo Delgado/MG	373	(061) 213-5373
Gumerindo Milhomem/SP	371	(061) 213-5371	Paulo Paim/RS	471	(061) 213-5471
Irma Passoni/SP	237	(061) 213-5237	Plínio de Arruda Sampaio/SP	627	(061) 213-5627
João Paulo Pires/MG	384	(061) 213-5384	Virgílio Guimarães/MG	376	(061) 213-5376
José Genoíno/SP	375	(061) 213-5375	Vítor Buaziz/ES	275	(061) 213-5275
Luis Gushiken/SP	374	(061) 213-5374	Vladimir Plameira/RJ	379	(061) 213-5379

Endereço: Câmara dos Deputados, Praça dos Três Poderes, Brasília-DF — CEP 70.160
Para escrever aos deputados do PT, acrescente o nome e número do gabinete.

Pinga Fogo

DANDO O TROCO - O deputado Luís Gushiken acionou o poder de fogo de seu gabinete na comunicação com sua categoria profissional. Enviou nos últimos dois meses 165 mil boletins, cartas e telegramas para bancários de todo o País, denunciando os recuos da Constituinte e conclamando os bancários a cobrar os direitos dos trabalhadores, com ênfase na aposentadoria e na organização sindical. Gushiken também coordena a produção de artigos sobre a Constituinte para a **Folha Bancária**, diário do Sindicato dos Bancários de São Paulo. O retomo já é visível: a Comissão de Sistematização está recebendo um vendaval de mensagens de bancários.

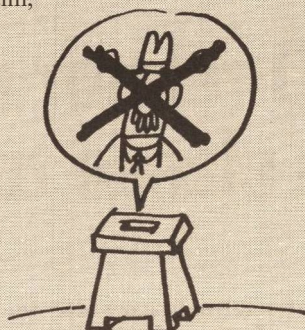


NA LUTA PELA TERRA - Caravana de 10 mil trabalhadores rurais chega a Brasília para "sentir de perto como funciona esta máquina que dirige o País e ver de que lado os constituintes estão", explicou o dirigente do Movimento dos Sem Terra, José Rainha Júnior. A caravana representa todos os setores mais organizados hoje no campo e "será a palavra dos excluídos, pois o processo constituinte não está contemplando a cidadania dos trabalhadores rurais", disse Hamilton Pereira, representante da CPT. A Secretaria Agrária Nacional do PT está apoiando a organização da caravana.



PRESSÃO O deputado Paulo Delgado analisa as razões da apatia de amplos setores populares: "o povo não tem nenhuma esperança na Constituinte porque a identifica, com razão, como mais uma "armação" do PMDB. Só o povo, que por ilusão deu ao PMDB este poder, pode retirá-lo através da pressão sobre aqueles que elegeram em novembro passado. Nós do PT estamos aí, na luta, para romper esta desilusão programada pelas elites e seu governo. Mas avisamos a quem ficar de braços cruzados: talvez seja preferível uma Constituinte abortada do que uma Constituição deformada".

AVISO AOS NAVEGANTES - Em recente discurso na Constituinte, o deputado Paulo Paim (PT-RS) advertiu que a CUT, a CGT, as Confederações e os sindicatos de trabalhadores, além do DIAP, vão denunciar os parlamentares que votarem contra as reivindicações básicas da classe trabalhadora. "Nas próximas eleições, esses parlamentares terão que buscar votos no Palácio do Planalto, na UDR, com os banqueiros e com os grandes empresários, e não junto aos trabalhadores, porque a história jamais esquecerá os que traíram nossa gente e nossa classe", disse Paim.

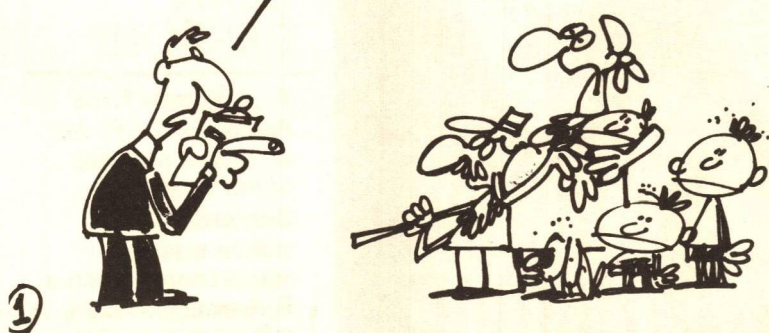


IGUAIS? - O deputado João Paulo Pires denuncia: "O projeto de Constituição do relator diz que todos são iguais perante a lei, mas trata os trabalhadores em três categorias desiguais, lá - servidores públicos concursados, que têm garantia no emprego somente após dois anos de serviço; 2ª - trabalhadores de empresas com mais de dez empregados, que têm uma "proteção" extremamente restrita contra demissões imotivadas; 3o - trabalhadores de empresas com até dez empregados - representam metade da força de trabalho no Brasil - que ficam absolutamente sem garantias contra a demissão. A única igualdade reconhecida pelo relator entre os trabalhadores é que todos nós ficamos sem a estabilidade.



PROFESSORES - O deputado Gumercindo Milhomem participou da articulação da caravana de dois mil professores a Brasília. Eles voltaram com a certeza de que pressão organizada é a receita para a conquista de avanços na Constituinte. Juntando principalmente pela aposentadoria especial aos 25 anos, os professores visitaram todos os membros da Comissão de Sistematização e conseguiram apoio suficiente para aprovar suas reivindicações nesta fase da Constituinte. Gumercindo alerta, porém, que a vitória não está garantida. "É necessária uma mobilização ainda maior para a votação em plenário, que terá a participação de todos os constituintes".

PARLAMENTARISMO
OU
PRESIDENCIALISMO
?!



ARROZ
GOAFÉÜÃO
TÁ BOM,
NÉ, MARIA?!



Presidencialismo com eleição direta

Reunido em Brasília nos dias 19 e 20 de setembro, o Diretório Nacional do PT, ao apreciar recurso da deputada Irmã Passoni (com três abstenções e nenhum voto contrário), reafirmar seu apoio ao presidencialismo. Para o Diretório, eleger diretamente o governo é um direito popular. O presidencialismo, com eleições diretas para que o povo possa efetiva e livremente escolher o governo que deseja, representa o melhor caminho para o início das verdadeiras mudanças.

No presidencialismo, as eleições presidenciais são um momento determinant; da vida nacional, uma definição de rumos, um fator de politização. No parlamentarismo, a eleição indireta do governo, via Parlamento, impede essa politização. É mais fácil instituir um governo progressista no presidencialismo, porque aí a eleição presidencial terá maior destaque, provocando a discussão dos grandes temas nacionais. A eleição dos parlamentares, em contrapartida, se dá em função sobretudo de interesses locais ou regionais, e nela a influência do poder econômico é maior. Nunca tivemos no Brasil - e dificilmente teremos - um Congresso progressista. Além disso, a eleição do governo pelos parlamentares estará sujeita a pressões nada éticas.

Como o presidente Sarney, no afã de manter seus poderes, também defende o presidencialismo, alguns setores de esquerda começaram a lançar maledicências contra o PT. O presidencialismo do

PT nada tem a ver com o de Sarney. Queremos presidencialismo com eleições diretas - nos dois turnos - já em 1988, sem o prolongamento do mandato biónico do atual presidente da República. Queremos presidencialismo sem decretos-leis, sem vetos presidenciais, sem decurso de prazo, com o Poder Legislativo fortalecido e atuante. Enfim, com a plena democratização do país.

O fundamental é o funcionamento de um sistema político no qual o governo tenha vínculos diretos com o interesse popular. Essa é a questão básica. Os conchavos conservadores não solucionaram os grandes e angustiantes problemas do país. Além de permitir uma mais fácil repartição de cargos entre a elite dominante, o parlamentarismo seria a co-roação dessa transição conchavada e alheia à miséria do povo. Seria a consolidação de uma ordem conservadora - e quem quer mudar o Brasil não pode concordar com isso.

É sintomático que queiram instalar o parlamentarismo justamente às vésperas da volta das eleições diretas. No regime militar, o lema era "todo poder ao presidente", se necessário com o Congresso fechado. Agora, quando a Nação anseia eleger seu governante, articula-se o parlamentarismo, além do segundo turno indireto, artifícios cujo objetivo é afastar o povo do poder, evitando que um presidente legítimo possa governar o país. Será que apenas os presidentes biónicos têm credencial para isso?



IRMA PASSONI

A deputada Irma Passoni (PT-SP) faz críticas à maneira como o relator Bernardo Cabral tratou questões importantes como a Reforma Urbana e a Reforma Agrária

"Houve retrocesso nas desapropriações urbanas"

Como está a luta pela Reforma Urbana na Constituinte?

Em primeiro lugar, é importante que a questão urbana tenha entrado na Constituição. É um fato inédito, não só no Brasil, mas a nível mundial. A questão urbana é fundamental, porque nela estão envolvidos 70% da população brasileira, e temos problemas muito grandes de moradia, transporte, segurança, etc. O substitutivo Cabral tem alguns pontos positivos, como o que garante a iniciativa popular de lei por parte de 5% do eleitorado de um bairro ou cidade, e como o que dá aos vereadores eleitos em 1988 a responsabilidade de elaborar novas Leis Orgânicas para os seus municípios. Esse último, aliás, é fruto de uma emenda minha, e é importante porque politizará a eleição municipal de 1988. O substitutivo, porém, retrocedeu na questão das desapropriações de áreas urbanas, estipulando que elas somente serão indenizadas em dinheiro. Nossa emenda determinava que a desapropriação por interesse social de um único imóvel deveria ser pago em dinheiro, enquanto as áreas de especulação imobiliária seriam indenizadas através de títulos da dívida pública. Infelizmente, ela não foi aproveitada. Com isso, premia-se a especulação imobiliária e dificulta-se, na prática, a reforma urbana, pois dificilmente haverá recursos para as desapropriações. Além disso, o substitutivo se omitiu também quanto à definição do transporte público como serviço estatal essencial.

E a Reforma Agrária?

Fica aquém do Estatuto da Terra. Do jeito que está o texto, a Reforma Agrária não acontecerá. O substitutivo determina 90 dias de prazo para a imissão na posse da área desapropriada, quando o Estatuto da Terra, do governo Costa e Silva, determinava 48 ho-

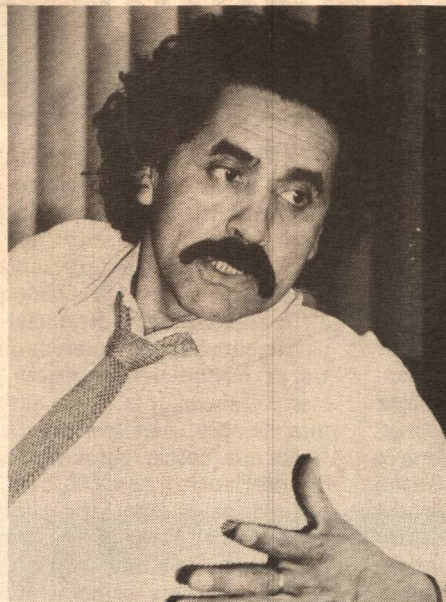
ras. As desapropriações serão feitas através de decretos do Executivo, o que é um absurdo. Na prática, a Reforma Agrária está sendo transformada em mera colonização, com a contribuição da iniciativa privada. Quer dizer, virou negociata. Pelo substitutivo, os agricultores serão confinados em "vilas", como reserva de mão-de-obra barata para os fazendeiros. Os planos plurianuais de política agrícola não prevêem a participação dos trabalhadores rurais: Os grandes latifundiários mantêm seus privilégios em matéria de incentivos fiscais. Em suma, o substitutivo deixa muito a desejar, embora pelo menos alguns pontos tenham entrado, quando Sarney e a UDR preferiam que não entrasse nada.

Qual é a sua posição a respeito da adoção do sistema parlamentarista?

Eu não estou preocupada com a questão do sistema de governo em si, mas sim com as conseqüências. Tenho muitas dúvidas sobre esta questão, e sinto que outros deputados do PT também as têm. Por isso solicitei a re-discussão do assunto pelo partido. O importante é saber a quem servirá o sistema de governo adotado. Temos que brigar contra tudo o que fere o poder do povo, seja no parlamentarismo ou no presidencialismo. O PT defende o presidencialismo por motivos táticos. Então, deve deixar clara sua posição, através de nota oficial.

Quais as chances das emendas populares de conteúdo progressista?

Em termos globais, elas estão sendo ignoradas. Só as emendas populares da direita estão sendo consideradas. O pior é que todo o capítulo referente às iniciativas populares foi suprimido. Pelo substitutivo, não haverá como o povo questionar a constitucionalidade dos atos de governo. O poder popular, em suma, foi destituído.



OLÍVIO DUTRA

Para o secretário-geral do PT, chegou a hora de centrar fogo na discussão do principal. Olívio Dutra teve atuação marcante na Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação

"*O relator menosprezou a classe trabalhadora"

importantes reivindicações dos trabalhadores foram excluídos do substitutivo Bernardo Cabral 2. E agora?

O relator atendeu às pressões patronais, menosprezando os interesses da classe trabalhadora. Isso significa que temos que ampliar a mobilização sindical e popular em torno dessas questões.

Tendo em vista a correlação de forças desfavorável na Constituinte, deve o PT centrar fogo em certas questões?

Deve. Nessa altura, não dá para retomar minuciosamente todas as nossas propostas. Temos que discutir o principal. E o principal para a classe trabalhadora, e por exemplo, a estabilidade no emprego, a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, o direito de greve, a liberdade e autonomia sindical, a reforma agrária, a aposentadoria com base no critério exclusivo do tempo de serviço. E, naturalmente, interessa aos trabalhadores a democratização do aparelho de Estado, com as Forças Armadas sob o controle da Nação, e não o inverso.

Na sua opinião, Olívio, até que ponto nossa bancada deve votar de acordo com decisões tomadas pelo partido?

A atuação da bancada petista é de uma quase perfeita sintonia. Posso estar exagerando, mas não vejo outra bancada partidária tão sintonizada. Defendemos a visão global da classe trabalhadora, mesmo que, em alguns casos, as posições possam não estar suficientemente discutidas, ou não reflitam com toda fidelidade o pensamento de cada um de nós. Nesse momento da Constituinte, vale mais o pensamento coletivo, solidário, que o individualizado.

Como foi seu trabalho na subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação?

Nós trabalhamos com as propostas da CUT, segundo as quais o principal beneficiário da introdução de moder-

nos processos tecnológicos deve ser o trabalhador. Nós estamos hoje com uma indústria de informática em pleno desenvolvimento. A máquina deve substituir o trabalhador nas tarefas pesadas, repetitivas, insalubres. Mas o trabalhador deslocado deve ser reaproveitado em outra função, na mesma empresa ou no mesmo ramo. Reivindicamos comissões paritárias dentro da empresa, para discutir, com antecedência, as inovações tecnológicas. E defendemos a reserva de mercado, com a lei complementar ou ordinária determinando os setores estratégicos em que ela deve ser observada.

Nós também lutamos pela democratização da propriedade e do uso dos meios de comunicação. Fundamentalmente, defendemos o Conselho Nacional de Comunicação, como um instrumento para reduzir o poder arbitrário do ministério das Comunicações nas concessões de rádio e televisão, atualmente dadas aos parentes e amigos dos governantes, ou aos próprios governantes. O Conselho permitiria a participação da sociedade civil nessas decisões, através de entidades representativas — sindicais, empresariais e outras —, dando um conteúdo mais democrático à política de comunicação do país. Defendemos também o fim do oligopólio nesse setor. Os proprietários de rádio e televisão se opuseram a todos os avanços, e o Conselho constante do substitutivo acabou sendo meramente consultivo, além de sua composição não ser democrática. A democracia em nosso país só se efetivará na medida em que os meios de comunicação também estejam democratizados. A batalha ainda não se esgotou. Sabemos que há esquemas poderosos de grandes empresas concessionárias de canais de rádio e televisão, cujo objetivo é impedir a democratização das concessões, fazendo com que estas sigam sendo um negócio muito particular entre os governantes e os interessados.